

O CONTRIBUTO DO PRINCÍPIO PERSONALISTA DO CATÓLICO FRANCISCO SÁ CARNEIRO, E SEUS COMPANHEIROS, PARA A TERCEIRA REPÚBLICA

Mário Pinto

Por ocasião das comemorações do golpe militar de 1974, que teve o mérito de abrir um processo de revolução política que veio a resultar na constitucionalização da Terceira República, em 1976, um livro dedicado a destacar contribuições meritórias de católicos para preparar, promover e finalmente instaurar um Estado de Direito Democrático, em Portugal, não poderia com justiça omitir uma referência, por modesta que fosse, a Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro (1934-1980). É o que se intenta com esta brevíssima anotação, que não visa acrescentar à biografia do político Sá Carneiro, mas apenas ensaiar uma compreensão da sua doutrina política enquanto católico no seu tempo.

Nascido e educado numa família católica, continuou activa e publicamente como católico na sua vida pessoal e familiar. E experimentou, desde os começos da década de sessenta, uma particular convocação para, enquanto católico, se empenhar numa intervenção activa, na Liga Universitária Católica (LUC) da Diocese do Porto, aí assumindo uma crescente preocupação cívica, numa aplicação da doutrina social da Igreja. Isto, podemos nós testemunhá-lo, com um grupo de bons amigos que, aí e entre si, estabeleceram fortes laços de companheirismo. Recordo especialmente Joaquim Pinto Machado, Joaquim Macedo e José da Silva, que com ele entraram na chamada Ala Liberal; e, além destes, outros que sempre fizeram Grupo com Sá Carneiro, na doutrina política de inspiração cristã e na forte e cordial entreaajuda partidária, e ficam injustamente por nomear aqui.

Preparada lenta mas vigorosamente nos anos cinquenta, e desenvolvendo-se nos anos sessenta, a vida interna da Igreja Católica Portuguesa ganhou uma animação extraordinária, que é bem conhecida, com

as Encíclicas de João XXIII e de Paulo VI, com o Concílio Vaticano II, com uma geração dourada de teólogos que vinham renovando surpreendentemente, como, por exemplo, Karl Rahner, Henri de Lubac, Cardeal Journet, Yves Congar, Schillebeeckx, Jean Daniélou, Metz, Joseph Ratzinger, Le Guillou, Louis Bouyer. No campo por assim dizer dos leigos, a Acção Católica e outros movimentos de católicos, ou de inspiração católica, estavam nas primeiras linhas europeias e nacionais da evidência filosófica, social e política. Relembre-se, entre nós, por exemplo, a JUC e o seu jornal “Encontro”, e logo depois o notável movimento de “O Tempo e o Modo” – nenhuma outra doutrina, ao tempo, lhes foi comparável em elevação, representatividade e impacte, não só cultural, mas também social e político. Em algumas dessas iniciativas de católicos, participaram ilustres representantes de outras doutrinas políticas, aliás sem daí ter resultado uma mais valia – como nos casos, entre si bem distintos, de “O Tempo e o Modo” e da “Capela do Rato”.

Esta ampla e até diversificada corrente de católicos, radicada na doutrina social da Igreja, exprimiu-se civilmente em propostas de pensamento e projecto que, mais do que acentuarem formalmente a sua génese doutrinária, preferiam acentuar a sua filosofia personalista, sem dúvida compartilhável por não crentes. Desde logo, contra todos os totalitarismos e os autoritarismos de Estado, e portanto contra o autoritarismo do Estado Novo Português; e pela defesa da dignidade da pessoa humana, dos direitos e dos deveres fundamentais, da importância social basilar da família, da precedência da Sociedade Civil sobre o Estado poder-político. Isso era importante. Mas essa partilha nos enunciados mais gerais e formais não era mais possível, logo que se consideravam mais a fundo, mais substancialmente e mais em concreto, as muitas definições e escolhas políticas. Por exemplo, quanto a certos direitos humanos; quanto às políticas de família e da educação escolar; quanto ao Estado social subsidiário antes que providencialista burocrático; e a outras decisivas matérias. Quem quiser ver num espelho, ainda que algo embaciado pelos nevoeiros do tempo, estas divergências, leia as Actas da Assembleia Constituinte de 1975-1976.

Não é geralmente salientado, mas devia sê-lo, que o personalismo de raiz cristã foi o nervo doutrinal fundamental do Grupo e Movimento de “O Tempo e o Modo”; e das associadas colecções notabilíssimas de livros da Livraria Morais, uma intitulada “O Tempo e o Modo”, e outra “Círculo do Humanismo Cristão”. A colecção «O Tempo e o Modo» abriu com o livro emblemático de Emanuel Mounier, intitulado “O personalismo”,

traduzido por João Bénard da Costa, que tinha presidido à Juventude Universitária Católica, entre 1957 e 1958, depois (em 1959) tinha apresentado uma dissertação filosófica de curso, na Faculdade de Letras de Lisboa, sobre o “Personalismo e a Revista Esprit de Mounier”, e foi director da revista “O Tempo e o Modo”, até 1970. No editorial do primeiro número da revista “O Tempo e o Modo” pode-se ler: “A acção começa na consciência. A consciência, pela acção, insere-se no tempo. Assim, a consciência atenta e virtuosa procurará o modo de influir no tempo. Por isso, se a consciência for atenta e virtuosa, assim será o tempo e o modo.” Foi com estas palavras que Pedro Tâmen legendou o projecto de “O Tempo e o Modo”. Projecto que se apresentou – dizia ainda o referido editorial – “reflectindo uma concepção libertadora e progressiva da História e da Pessoa Humana, que acentue o primado desta sobre as necessidades materiais e técnicas colectivas em que se baseia o seu desenvolvimento”. Quem não lê aqui uma contraposição personalista espiritualista, quer perante o materialismo filosófico e histórico do marxismo, quer perante o materialismo prático do utilitarismo ou do positivismo, só poder ser porque não tem a chave de leitura das doutrinas decisivas ao tempo, que continuam aliás decisivas ainda hoje.

Num ensaio intitulado “Dos sinais dos tempos e dos seus modos”, Guilherme d’Oliveira Martins conta que, imitando a [“iniciativa francesa de Chatenay-Malabry, local dos arredores de Paris a que estava associada a memória de Chateaubriand”], “o grupo de jovens amigos de António Alçada vivia no entusiasmo de criar uma experiência semelhante, que baptizara como “O Pacto”, inspirada nas “grandes amizades” de Raissa e Jacques [Maritain]”. Isto é, e em suma, tudo no mais acendrado apreço pelo pensamento social-cristão dos movimentos de Maritain e de Mounier. E é sabido que os membros fundadores de “O Tempo e o Modo” pediam a assistência do Espírito Santo para decisões difíceis e decisivas.

No Porto, o grupo de católicos em que participava Sá Carneiro caminhava consonante nesta maré cristã-personalista, europeia e portuguesa. E o mesmo sucedia em Coimbra: pensamos, sobretudo, em alguns universitários, antigos “ceadecistas”. Mas, na Diocese portugalense, toda a animação católica sessentista foi marcada extraordinariamente – quase se podendo dizer dramaticamente –, pelo exílio político do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, na sequência da histórica carta que escreveu a Salazar em 1958. Exílio que provocou uma interpelação política irrecusável na consciência católica, sobretudo na capital do Norte. Só para recordar um episódio que hoje pode parecer anedótico, e então era dra-

mático, os católicos que iam às missas nas várias igrejas da cidade do Porto, lá ouviam os padres rezar no cânone, uns «pelo nosso bispo António», e outros «pelo nosso Bispo Florentino» – que era o Administrador Apostólico, no impedimento do Bispo titular da Diocese. Em silêncio, perante essas orações sacerdotais, os leigos todos sentiam nas celebrações eucarísticas, pelo menos uma vez por semana, ao domingo, uma pontada política no seu coração católico. Era o caso de Sá Carneiro e dos seus companheiros da LUC, um dos vários grupos que eram então correntemente chamados dos «amigos do Bispo do Porto».

Merece destaque a grande importância formativa das consciências católicas que nessa altura exerceram as encíclicas sociais de João XXIII e de Paulo VI, sobretudo pela sua incidência na problemática social e política, pela vigorosa defesa dos direitos humanos de liberdade e sociais. Em manifesto confronto com a situação política da conjuntura portuguesa, isso remeteu-nos, ainda então mais intensivamente, para o estudo da doutrina social da Igreja; e, além da doutrina, para a história da intervenção política dos católicos, na Europa do século XX, mas sobretudo em Portugal. História esta nossa quase adormecida na meia modorra do catolicismo oficioso português do Estado Novo – aliás compreensível, pelo menos na geração, então ainda viva, dos que tinham conhecido as bárbaras e estúpidas violências anti-católicas do republicanismo da Primeira República.

Um dos membros do grupo portuense trazia, desde a sua pertença ao CADC coimbrão dos anos cinquenta, uma especial atenção à doutrina do personalismo e à revista “Esprit”, de que em Coimbra era ao tempo notório corifeu Orlando de Carvalho. Apesar das evoluções não inteiramente pacíficas da linha dessa revista, o personalismo cristão parecia actualíssimo e vivificante na circunstância eclesial e política do Portugal sessentista. Tal como, em Lisboa, exemplificava o grupo de “O Tempo e o Modo”.

No quadro geral das reflexões do grupo de católicos portuense, entrou ainda, e muito, o fenómeno da subida da maré secularista, e o advento da nova revolução que abriu a pós modernidade. E que, quanto a nós, teve também em França, tal como sucedeu na “Revolução Francesa de 1789, a sua melhor legenda. Agora já não trinitária (liberdade, igualdade, fraternidade), mas apenas binária. A fraternidade caiu, no Maio de 68; e ficaram só as duas divisas, assim enunciadas respectivamente: para a liberdade, “é proibido proibir”; e para a igualdade, “exijamos o impossível”.

Foi neste tenso contexto que chegou, ao grupo de que Sá Carneiro fazia parte, um convite completamente inesperado, para participação

numa renovação parlamentar visando a reforma do regime político, em inequívoca direcção evolutiva para uma democracia de tipo ocidental europeu. Nada menos. A iniciativa vinha pessoalmente de Melo e Castro, ao tempo Presidente da Comissão Executiva da Acção Nacional Popular, de que era Presidente Marcelo Caetano. Melo e Castro que foi pessoalmente ao Porto apresentá-la e justificá-la numa entrevista com Mário Pinto – que tinha recebido o convite para essa entrevista por intermédio de João Salgueiro.

Poupemos esta história, que já é mais ou menos conhecida, e apontemos para a ideia doutrinária subjacente e enformadora. No desenvolvimento do activo compromisso político de Sá Carneiro e dos seus amigos, quer os que com ele vieram a ser eleitos para a Assembleia Nacional, quer os que ficaram no Porto mas estiveram sempre com eles, a necessidade de uma expressa opção partidária para o futuro impunha-se. Desde logo porque então se considerou que seria errado criar um partido da família da chamada democracia cristã: tirando a lição da penosa história portuguesa da intervenção dos católicos na vida política partidária; e analisando o panorama interno da Igreja Portuguesa, à data. Acresceu – note-se bem – o próprio sinal recente das perguntas de D. António Ferreira Gomes a Salazar, na famosa carta, acerca da intervenção política e partidária dos católicos. Apesar da inequívoca dedicação à pessoa e à orientação doutrinária de D. António Ferreira Gomes, não obstante a inequívoca admiração pela sua acção pública perante a situação política, aquelas perguntas sobre uma eventual entrada dos católicos na política partidária, se elas tivessem merecido a concordância de Salazar, o que anunciavam era um futuro de divisão político-partidária entre católicos, enquanto tais, e cheia de interferências clericais. Uma via partidária democrata-cristã apresentou-se então para nós completamente errada. Não era minimamente sensato ir por aí. De resto, os partidos da família da democracia cristã europeia, embora decisivos nos países da Europa central e até nórdica, não resultavam nos países do sul-europeu, com a excepção da Itália num contexto que era único e irrepitível.

Que vias restavam, então? Que fossem apresentáveis à opinião pública, portuguesa e internacional? Acompanhado pelos seus amigos, Sá Carneiro escolheu, e escolheu prudencialmente bem – provavelmente todos os católicos hoje o reconhecerão, a começar pelas hierarquias eclesíásticas. A doutrina social da Igreja, o catolicismo social, o personalismo de raiz cristã, num tempo em que o Papa reconhecia a necessidade de maior solidariedade na evolução factual da “socialização”, casava-se com uma nova social

democracia que aceitasse a raiz cristã. E isso, milagrosamente... já tinha sido descoberto e aprovado, nada menos do que pelo partido socialista historicamente mais prestigiado da Europa, o Partido social-democrata alemão (Sozial-demokratische Partei Deutschlands – SPD). Com grande escândalo do socialismo europeu continental, o SPD tinha feito, em 1959, uma radical conversão humanista e cristã, essencialmente personalista, pelo histórico Programa de Bad Godesberg. Não cabe aqui mais do que recordar a fórmula oficial desta conversão programática socialista, que ficou lapidar nestas palavras irreversíveis, que têm vindo a ser sepultadas pelo esquecimento: «Der demokratische Sozialismus, der in Europa in christlicher Ethik, im Humanismus und in der klassischen Philosophie verwurzelt ist...». Ou seja: «O socialismo democrático, que na Europa está enraizado na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica...».

Este «enraizamento» do socialismo alemão «na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica» era um enraizamento histórico e teórico coerente: porque o cristianismo não repudiou, antes fecundou e foi fecundado pela filosofia clássica; e depois sempre vitalmente inspirou e foi inspirado pelo humanismo. Ora, o que inexorável e definitivamente caracteriza a raiz cristã, clássica e humanista, para a organização social-política, é a concepção acerca do homem, da sua dignidade de «pessoa»: a raiz da «ética cristã, do humanismo e da filosofia clássica», a que se refere o Programa de Bad Godesberg, é o personalismo cristão. E o cristianismo, na sua convocação social mais elevada, propõe um personalismo de (prudente) ideal socialista. Desde os inícios, as primeiras comunidades cristãs de Jerusalém fizeram uma experiência socialista, que aliás não resultou praticamente e as conduziu ao empobrecimento – S. Paulo pediu esmolas na Ásia para enviar aos irmãos empobrecidos de Jerusalém. Mas depois, ao longo da história, sempre os cristãos quiseram levar mais longe a sua vocação cristã em experiências de vida social em socialismo, e até em comunismo, como são as das pequenas comunidades monásticas, segundo a tradição cenobítica. Claro, de base inteiramente voluntária, o que não é praticamente possível nas grandes sociedades.

Assim se explica que era a doutrina do personalismo cristão do católico Sá Carneiro e dos seus amigos – já então meditada e referido ao momento histórico português e a um futuro europeu – que, na famosa entrevista a Jaime Gama, em 1971, estava subjacente à sua opção por uma nova social democracia, e não pela democracia cristã.

Esta novidade doutrinária de um personalismo partidariamente social-democrata pode e deve ler-se no Programa inicial do PPD, onde a

o personalismo está bem apresentado como raiz e inspiração. E deve-se dizer que, nesta substancial e formal elaboração programática partidária do PPD, teve um papel decisivo o que pensamos poderá chamar-se por Grupo personalista e social-democrata de Coimbra, onde exerceu influência o católico e social-democrata António Barbosa de Melo, que em 1974 mais trabalhou no projecto do programa do PPD.

O personalismo foi, desde o primeiro programa do PPD, invocado como verdadeiramente basilar da sua doutrina partidária. Interessante é ainda verificar que, apesar das revisões programáticas do PPD, o princípio personalista não só não desapareceu como, de certo modo, aparece ainda mais destacado. Com efeito, logo nas palavras introdutórias do actual Programa do PSD (aprovado em 2012), está expressamente escrito que «O PSD parte da dignidade da pessoa como fim último da política, bem como fonte e justificação do exercício do poder e das suas instituições»; e o primeiro capítulo do Programa aparece encimado por esta rubrica inequívoca: «1. Um princípio personalista». Não se conhecem programas partidários com enunciações assim tão enfaticamente defensoras da doutrina personalista.

Assim, o que nos parece digno de conclusão é que o personalismo cristão, desconfeccionalizado, nascido e convergentemente desenvolvido em Portugal – em Lisboa, sobretudo pelo Grupo de “O Tempo e o Modo”; em Coimbra, pelo Grupo social-democrata; e no Porto, pelo Grupo dos amigos de Sá Carneiro –, constituiu sem dúvida um destacável contributo de católicos para o Portugal democrático da Terceira República.

Mas é necessário precisar que, não apenas a estes grupos mais concretamente referidos nesta breve nota, se deve creditar o mérito de terem vivido e procurado oferecer politicamente ao País a inspiração constitucional do princípio personalista. Foi em toda uma geração católica portuguesa que fermentou esta ideal doutrinário; e foi essa geração que, sem carácter confessional e em abertura a outras sensibilidades humanistas, procurou que o personalismo plasmasse a alternativa partidária do PPD.

Será que o PPD, hoje PSD, na prática, continua fiel a este princípio personalista? Parece-nos que não, pelo menos bastante. Mas isso é outra questão: a recorrente deriva ideológica dos partidos políticos não se confunde com a doutrina fundadora e programática – como ensinou o fundador da Sociologia moderna em Portugal, Adérito Sedas Nunes. Razão pela qual, deve então acrescentar-se que é vitalmente necessário visitar a doutrina enquanto doutrina, e não enquanto programa partidário eleitoral.

No momento em que aqui desejamos prestar uma justa referência a uma geração de católicos que efectivamente ofereceu ao País, na Terceira República, um êxito partidário em que se fixou o princípio fundamental do personalismo – provindo da sua inspiração cristã, mas sem com isso recriar a velha questão da confessionalidade partidária, nem a questão da clericalidade e da anti-clericalidade da velha política portuguesa – permita-se-nos que auguremos, para a vida política e partidária portuguesa, em geral, o regresso vivificante e dignificante das doutrinas, por sobre as ideologias; e, em especial, o regresso da doutrina personalista.